

19, Dia de ocupar as ruas em defesa da vida

A situação do país está ficando cada dia mais devastadora. Uma crise sanitária que não diminui, desemprego aumentando, economia deteriorando, inflação fora de controle e aumentando e para piorar, o governo insistindo em uma reforma administrativa que retira ainda mais direitos dos servidores e pune a população com a falta de serviços públicos. Esse é o cenário do Brasil de Bolsonaro.

Para lutar contra tudo isso as centrais sindicais, movimentos sociais e partidos progressistas estão construindo as mobilizações nos locais de trabalho para dialogar com trabalhadores sobre a realidade atual no país. Lembrando que todos esses atos precisam obedecer ao distanciamento social, uso obrigatório de máscaras e álcool em gel.

“Somente com a mobilização de todos poderemos impedir o desastre da aprovação da PEC 32 (reforma administrativa de Bolsonaro). Já está claro que esse governo não respeita os trabalhadores e nós precisamos deixar claro que nós não aceitaremos mais a retirada de direitos. Dia 19, vamos ocupar as ruas por vacina para todos, auxílio emergencial de R\$ 600,00 e nem um direito a menos”, disse Raimundo Pereira, presidente do Sindsep/MA.

Depois de implodir o mercado de trabalho, a política econômica do governo Bolsonaro agora está destruindo o que resta do poder de compra dos trabalhadores. Salários sem reajustes, investimentos públicos congelados, aumento do gás de cozinha, aumento dos combustíveis, dólar nas alturas, tudo isso para

beneficiar uns poucos exportadores de commodities. Infelizmente Bolsonaro está destruindo rapidamente tudo aquilo que os trabalhadores e servidores públicos conquistaram com muita luta ao longo dos anos e somente com a união e determinação de todo o conjunto da sociedade será possível a volta do crescimento econômico sustentável com respeito aos direitos da população.

“Sabemos que esse momento ainda é muito perigoso, que a pandemia ainda não acabou, mas o perigo Bolsonaro é maior que o risco da COVID. Por isso mais uma vez pedimos aos companheiros que se protejam com o uso de máscaras, álcool em gel, mantenham o distanciamento, mas vamos ocupar as ruas dia 19 de junho para derrotar o esse governo genocida”, convocou, Raimundo Pereira.

**18 DE JUNHO
É LUTA!**
DIA NACIONAL DE MOBILIZAÇÃO
NOS LOCAIS DE TRABALHO

**EM APOIO AO ATO
#19J FORA BOLSONARO**

- CONTRA O DESEMPREGO
- PELO AUXÍLIO DE 600 REAIS
- CONTRA A FOME E A CARESTIA
- VACINA JÁ PARA TODOS
- CONTRA A REFORMA ADMINISTRATIVA

De olho nas eleições, deputados querem discutir supersalários antes da PEC 32



Preocupados com os efeitos eleitorais da aprovação de uma reforma impopular, que tira direitos dos brasileiros que dependem de serviços públicos, deputados estão tentando segurar a votação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 32, da reforma Administrativa.

Ao contrário do que diz o governo, essa reforma não vai modernizar nem acabar com privilégios, já que não atinge juízes, militares, políticos e procuradores, que têm os mais altos salários e benefícios do país.

Reforma de Bolsonaro abre brecha para corrupção e piora os serviços públicos

O antídoto para evitar a revolta popular nas urnas seria votar o Projeto de Lei (PL) nº 6.726, parado na Câmara desde

2016, que trata justamente dos supersalários, antes de colocar a PEC na pauta.

Foi isso que foi discutido nesta terça-feira (8) pelos líderes dos partidos durante reunião convocada pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), que quer apressar a votação da PEC. Ele já disse que instala ainda esta semana a comissão especial que vai debater o tema.

É preciso dar um recado à população sobre os privilégios no serviço público, disse o líder da Minoria, Marcelo Freixo (Psol-RJ).

“Tem que ser tratado, não se pode começar um debate sobre reforma administrativa sem dar um recado à sociedade sobre o real combate a privilégios, que existem”, afirmou sobre a discus-

são do PL dos supersalários.

Até o líder do Novo, Vinícius Poit (SP), defendeu a votação sobre o fim dos supersalários. “Vários líderes cobraram: precisamos do comprometimento do governo. O debate vai ter desgaste para um lado ou para outro, e o governo tem que ir até o fim”, declarou.

Em maio, a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) aprovou a admissibilidade da proposta de emenda. À comissão especial cabe analisar o mérito do projeto, que restringe a estabilidade no serviço público. A exceção seriam os cargos “típicos de Estado”, que seriam especificados em outro projeto.

Com informações da Agência Câmara